

PROPRIEDADE TERRITORIAL, LUTAS SOCIAIS E REFORMA AGRÁRIA NO VALE DO SÃO FRANCISCO

FRANCIEL COELHO LUZ DE AMORIM*

Resumo:

O presente trabalho é um esboço de um Projeto de Iniciação Científica, que por sua vez, possui esse mesmo título: “Propriedade Territorial, Lutas sociais e Reforma Agrária no Vale do São Francisco”, o está em andamento. O mesmo é direcionado entorno do problema da distribuição e da propriedade da terra, através dos conceitos de Capitalismo Burocrático e Semifeudalidade desenvolvidos pelo pensamento Marxista atual. Partimos da ideia de que o Brasil é um país de capitalismo atrasado e que não resolveu o problema nacional e o problema da terra. Contudo, temos como objetivo a análise da aplicação da política de reforma agrária, como consequência das diversas lutas sociais no campo, com intuito de identificar as possíveis modificações na estrutura fundiária da região do Vale do São Francisco e assim verificar as implicações tidas na história da região. Para tanto, partiremos para o contato direto com três assentamentos que se conformaram a partir da falência de fazendas instauradas a partir da política de irrigação estabelecida no vale do São Francisco na década de 1970. No entanto o nosso projeto está em andamento e esse trabalho apresentará apenas um esboço do projeto e dos resultados parciais.

Palavras-chave: Reforma Agrária, Assentamentos, Movimentos Sociais

A questão agrária pode ser entendida a partir dos países que resolveram o problema da terra com as revoluções democrático-burguesas, consolidando o capitalismo, os chamados imperialistas segundo o conceito desenvolvido por Lênin em 1916, no qual o capitalismo atinge uma fase superior de seu desenvolvimento em que domina o capital financeiro, pondo fim a livre concorrência com o predomínio dos monopólios, dos cartéis e dos trusts. E os países dominados que não resolveram o problema da terra e com isso predomina a exploração

*Graduando em História - Universidade de Pernambuco – Campus Petrolina; Orientador: Moisés Diniz de Almeida – Mestre em História.

do capitalismo no campo. Esses países apresentam a contradição existente entre o latifúndio e o campesinato por conta do problema da distribuição e da propriedade da terra.

O Brasil é um país dominado pelo imperialismo, não resolveu o problema agrário, e com isso apresenta o um capitalismo burocrático que nasce atado a semifeudalidade e sob o domínio imperialista. Devemos para isso nos remontar sobre a estrutura colonial que se estabeleceu sobre as terras que formam hoje o nosso território. Inicialmente o território foi dividido em capitânicas hereditárias, sistemas de lotes entregues nas mãos dos chamados donatários, em seguida veio o que Guimarães (1977, p.45) denomina como os dois pilares iniciais e com isso “coube a Martin Afonso de Souza [...] lançar as bases, na colônia ainda desprezada, de uma nova política econômica que se apoiaria solidamente em duas instituições – a sesmaria e o engenho – as quais constituíram os pilares da antiga sociedade colonial”.Essas duas instituições se transformaram em uma unidade produtora e econômica.

A formação territorial do Vale do São Francisco pode ser observada a partir desse processo de distribuição da terra e ainda sobre o sistema de capitânicas hereditárias, destacando-se precisamente as terras que formam hoje os territórios dos municípios de Petrolina-PE e Juazeiro-BA, grande concentração nas mãos de uma única aristocracia, assim como afirma Franca (2008, p. 28):

As terras que, atualmente, constituem estes dois territórios se localizam no interior da região do nordeste e pertenciam ao Castelo da Torre, localizado no litoral norte de Salvador, Bahia, sendo proprietária a família Dias D'Ávila. A grande fazenda dos D'Ávila detinha um milhão de Km².

Do regime de capitânicas hereditárias seguiram-se as sesmarias através de concessões para exploradores, que passavam a ter o título de sesmeiro e o direito de explorar as terras. Nesse sistema, na mesma região abrangente ao Vale do São Francisco, se destaca os mesmos indícios de concentração de grandes extensões territoriais nas mãos da mesma aristocracia, sendo que para isso “basta assinalar as concessões de Garcia d'Ávila e seus parentes que se estendiam da Bahia até o Piauí em uma extensão de 200 léguas”. (FREIRE apud GUIMARÃES, 1977, p. 51).

O sistema de sesmarias teve fim no país a partir de 1822 com o término do período colonial. Mas mesmo com fenecimento do sistema, a estrutura agrária não se alteraria, pois o fim da escravatura e a independência do país não foram processos de tipo revolucionário e com isso nenhuma modificação foi realizada, senão pelos próprios artifícios da classe dominante e das aristocracias rurais que compunham as oligarquias semifeudais. Contudo, podemos dizer que “a estrutura agrária não se alteraria em suas linhas fundamentais: mantinham-se intactas as características coloniais e feudais do sistema de produção na agricultura brasileira”. (GUIMARÃES, 1977, p. 89).

Nas primeiras décadas do regime imperial, se viabiliza o projeto do Deputado paulista Nicolau Vergueiro com a aprovação da lei de terras em 1850, estabelecendo como único e legítimo acesso a terra o ato da compra. Com isso, consolidaria a propriedade da terra (Latifúndios) nas mãos dos posseiros que já ocupavam grande parte do vasto território brasileiro.

[...] com a Lei de Terras, de 1850, que estipulava que o acesso à terra só se realizaria através de sua compra. A manutenção e o reforço do caráter privado do regime jurídico de propriedade da terra, baseado no latifúndio, por si só representava o mais formidável obstáculo para o desenvolvimento capitalista, não somente no campo, mas no país como um todo, já que era no campo que se dava, essencialmente, a produção nacional. (ARRUDA, 2002, p.01).

Diante desta situação, na região nordeste que, até o início do século XX, constituía a porção mais populosa do território brasileiro, despertaram-se, ao longo do império e depois com a proclamação da República, uma série de lutas das quais se pode destacar, no sertão nordestino, o episódio de Canudos, na Bahia.

Findada a República Velha, em 1930, não ocorre modificação significativa na estrutura agrária, e seguem-se desenvolvendo lutas como Caldeirão no Ceará e Pau-de-Colher na Bahia, na década de 1930. É necessário ainda citar as Ligas Camponesas das décadas de 1950 e 1960, que tiveram atuação nos estados nordestinos, destacadamente, Paraíba e Pernambuco,

processo no qual se obteve a primeira desapropriação territorial para fins de reforma agrária, ocorrida em Sapé na Paraíba, no ano de 1962.

Foi, portanto, com as Ligas Camponesas, nas décadas de 40 a 60, que a luta pela reforma agrária no Brasil ganhou dimensão nacional. Nascidas muitas vezes como sociedade beneficente dos defuntos, as Ligas foram organizando, principalmente no Nordeste brasileiro, a luta dos camponeses foreiros, moradores, rendeiros, pequenos proprietários e trabalhadores assalariados rurais da Zona da Mata, contra o latifúndio. (OLIVEIRA, 2007, p.106).

A partir de meados da década de 1980 se deu início à formulação de uma proposição de reforma agrária para o país, através do I Plano Nacional de Reforma Agrária -I PNRA – em conformidade com o Estatuto da Terra de 1964. A princípio nesse plano estava contido

a primeira previsão para assentamento entre 1985 e 1989 apresentava em termos totais para o Brasil 1.400.000 famílias em uma área de 43.090.000 hectares. Na região Norte seriam assentadas 140.000 famílias em 10.080.000 ha; na região Nordeste seriam 630.000 famílias em 18.900.000 ha; na região Centro-Oeste seriam 210.000 famílias em 7.560.000 ha; na região Sudeste seriam 280.000 famílias em 4.370.000 ha; e na região Sul seriam 140.000 famílias em 2.180.000 ha. (OLIVEIRA, 2007, p.126).

Mas por imposição das forças ruralistas que se constituíam na representação do poder aristocrático da terra via UDR – União Democrática Ruralista -criada como objetivo da não implementação do I PNRA, foram feitas não mais do que irrisórias ações no que diz respeito a execução do plano. “[...] Haviam sido assentadas apenas 89.950 famílias (6,4% da meta) em uma área desapropriada de 4,8 milhões de hectares, ou seja, 1,5% da previsão” (OLIVEIRA, 2007, p.129). E a partir disso se criou, por parte do governo, apenas um cenário ilusório no país de que um dia a Reforma Agrária viria.

Com a promulgação da constituinte de 1988 o cenário de forças contra a uma Reforma Agrária ampla e abrangente que contemplasse os anseios pelo direito a terra foram novamente reforçados através da mesma UDR, dessa vez em conjunto com a bancada ruralista (donos e representantes do latifundismo brasileiro). Com isso, se ergueu uma constituição emergida do jogo de interesses da política agrária latifundiária. Assim como se observa, na *Ordem econômica e Financeira da Constituição* na qual se encontra o capítulo III, com o título: *Da*

política agrícola e fundiária e da reforma agrária, expressadano artigo 184 uma noção prévia dessa política agrária:

Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei. (BRASIL, 2013, p. 32).

Depois de passarmos por toda essa “retrospectiva” do problema da distribuição e da propriedade da terra, se percebe que o Brasil não consolidou o capitalismo, pois não resolveu o problema da terra e muito menos a questão nacional, pois é dominado pelo imperialismo, mantendo relações de semicolonialidade. Como também é caracterizado por relações pré-capitalistas, no campo, pois mantém relações semifeudais descritas como:

1) A manutenção de relações de produção (regimes de propriedade) de natureza pré-capitalista: o sistema de pagamento em trabalho, meeiro e parceiro, parcerias em colheitas, empreitada e trabalho por produção, trabalho gratuito, entrega de partes da produção, entrega de parcelas em troca de trabalho na fazenda.

2) Manutenção e reprodução de um campesinato minifundista (com formas coletivas ou privadas): iniciado na época feudal (praticado inclusive pela nobreza feudal através da divisão de fazendas no sul da Europa e América Latina), porém desenvolvido durante os processos de desamortização de terras públicas e do clero (apropriadas de forma legal ou não) e pela política de reforma agrária e colonização desenvolvidas pelo Estado ao longo dos séculos XIX e XX.

3) Leis, decretos, ações e outras disposições de natureza jurídica, política e ideológica que atam o campesinato à terra: alojamentos, obras públicas, necessidade de salvo-condutos para que o camponês possa deslocar-se fora de seu povoado ou emigrar, a usura, a repressão por parte do aparato do Estado, o controle político sobre os trabalhadores diaristas, as denominadas ações clientelistas (patriarcais, de patronato e apadrinhamento) por parte dos grandes proprietários (MARTÍN MARTÍN, 2007 a, p.15).

A realidade de países como o Brasil é explicada a partir do capitalismo burocrático, que é o tipo de capitalismo cujo surgimento é impulsionado pelo imperialismo nos países dominados, e se sustenta em dois pilares fundamentais: a semifeudalidade (manutenção da concentração da terra) e a semicolonialidade (dominação imperialista).

A generalização do termo ‘capitalismo burocrático’ feita por Mao Tsé-tung na China ao resto dos países do mundo que não culminaram a revolução burguesa, e

que, portanto, transferem para a era das revoluções proletárias a solução do problema camponês, é feita em 1989 por Guzmán como o atual herdeiro das teorias de Marx, Engels, Lenin e Mao Tse-tung. (MARTÍN MARTÍN, 2007, p. 07).

A dominação imperialista é exercida a partir da subordinação de toda a estrutura econômica e social de um país aos interesses imperialistas decorrentes do desenvolvimento histórico do capitalismo no mundo. A semifeudalidade se refere aos elementos característicos do sistema feudal europeu que existem de forma subjacente nos países dominados pelo imperialismo, expressos na existência do latifúndio e nas decorrentes relações de sujeição dos camponeses aos latifundiários, aos grupos imperialistas e etc.

Sobre uma base semi-feudal e sob um domínio imperialista, desenvolve-se um capitalismo, um capitalismo tardio, um capitalismo que nasce atado à semi-feudalidade e submetido ao domínio imperialista (...) O capitalismo burocrático desenvolve-se ligado aos grandes capitais monopolistas que controlam a economia do país, capitais formados, (...) pelos grandes capitais dos grandes latifundiários, dos burgueses compradores e dos grandes banqueiros; assim se vai gerando o capitalismo burocrático atado, (...) à feudalidade, submetido ao imperialismo e ao monopólio (...). Este capitalismo chega a certo momento de sua evolução, combina-se com o poder do Estado e usa os meios econômicos do Estado, utiliza-o como alavanca econômica e este processo gera outra fração da grande burguesia, a burguesia burocrática; desta maneira dar-se-á um desenvolvimento do capitalismo burocrático que já era monopolista e torna-se estatal (GUZMÁN apud MARTÍN MARTÍN, 2007a, p.14-15).

Na década de setenta foi discutida uma política de irrigação no Vale do São Francisco através da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), foi dada a largada para a implementação dos projetos de irrigação com intuito de atrair os pequenos produtores, organizando-os em cooperativas, na intenção de se gerar uma base de emprego e reter a força de trabalho das zonas rurais para os polos irrigados. Chilcote (1990, p. 334) coloca que “depois de quinze anos de atividade, apenas 307 colonos estavam trabalhando a terra, sendo 105 em bebedouro, 49 em mandacaru e 153 em maniçoba”. O autor afirma ainda que “o governo ofereceu crédito oficial e estimulou a iniciativa privada a organizar projetos: assim estabeleceram-se na região a Agrovale (7.000 hectares), a Alfanor (4.000 hectares) e a Cica-Norte (500 hectares)”.

As grandes empresas foram se estabelecendo, principalmente por terem todo um aparato e incentivo de recursos subsidiados pelo governo. A visão dos políticos locais era de tornar por

meio da irrigação o submédio São Francisco como um celeiro de exportação no setor agro industrial para o mercado mundial. Todo o conjunto de potencialidades da região atraía cada vez mais nesse processo agroindustriais de todas as partes, o anseio de cultivo das novas culturas como o tomate, a cebola, melão, manga, uva, etc... Acabaram por deixar no esquecimento os velhos cultivos já aqui estabelecidos como mandioca, milho, feijão e etc. Estariam fadados ao esquecimento.

“A estrutura montada na região para contemplar o modelo agrícola, requeria pesados investimentos e os custos de sua manutenção eram elevados. Para viabilizar a agricultura irrigada, o governo bancou o grosso dos investimentos criando e repassando a utilização das estruturas a empresários e aos colonos, além de subsidiar o crédito agrícola e, até mesmo, anistando dívidas em certas circunstâncias. Em decorrência do papel que o Estado assumiu, a contabilização dos custos da produção era feita de maneira irreal, pois não levava em conta os subsídios diretos e indiretos”. (LOPES, 1997, p.161).

Essa política de subsídio assumida pelo Estado durou apenas até a década de 1990, nesse momento o estado submete os colonos e empresários agroindustriais assegurar por si sós a manutenção dos projetos de irrigação. Sem o apoio do Estado e principalmente na crise econômica, estabelecida a partir dos anos oitenta, muitas fazendas não conseguem se subsidiar e se manter intactas, muitas vêm a se quebrar. Com isso, despontaram várias lutas cuja reivindicação era à aplicação da política de reforma agrária e, na extensão territorial compreendida entre os municípios de Petrolina e Santa Maria da Boa Vista, se conformaram dezenas de assentamentos nas áreas que compunham as fazendas que não conseguiram ficar de pé, portanto falidas foram invadidas e ocupadas.

Parte das fazendas que outrora receberam todo o apoio oficial e que serviram de vitrines para expor as potencialidades da região, como as fazendas Safra, Catalunha, Varg, Ouro Verde e outras de menos significação, quebraram. A Cooperativa Agrícola de Cotia retirou-se da área, sendo substituída pela Cooperativa Agrícola de Juazeiro, que faz esforços para sobreviver. Hoje, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra invadiu algumas das fazendas que no passado serviram de vitrine da irrigação, mas que se encontravam em estado de abandono ou de semiabandono. (LOPES, 1997, p.163).

Buscamos através da observação direta da situação de vida e da produção em três assentamentos, a saber, Ouro Verde e Catalunha no município de Lagoa Grande – PE e o Safra no município de Santa Maria da Boa Vista – PE, foram escolhidos, pois são resultados

de ocupações em fazendas abandonadas, como acima citadas, pela grande crise do mercado agroexportador e da falta de recursos subsidiados pelo estado, além de aparentemente apresentarem realidades distintas, como a venda da força de trabalho, principalmente em diárias (os chamados jornaleiros), para as fazendas próximas dos assentamentos, como é o caso aparentemente constatado dos trabalhadores que ocupam o Assentamento Catalunha.

Portanto, são entendidos como importante fonte de informações, a coletar *in loco* dados a serem posteriormente sistematizados. Fizemos visitas aos três assentamentos, tendo os primeiros contatos, e também já realizando algumas entrevistas com os principais líderes que vivenciaram o contexto das ocupações, da fixação definitiva como proprietários da terra e que hoje ainda residem na comunidade.

A nossa concentração por informações concentra-se inicialmente no assentamento Ouro Verde, pois como já explicitamos de início esse trabalho é uma parcial de um Projeto de Iniciação Científica que está em andamento apenas há alguns meses, nesse assentamento além do contato direto, tivemos acesso ao Plano de Desenvolvimento Sustentável do Projeto de Assentamento Ouro Verde esse plano representa um “*Diagnóstico e Planejamento de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento Ouro Verde*”. Esse plano/diagnostico foi elaborado pela COOPATESF (Cooperativa de Eng. Agrônomos, Técnicos em Agropecuária, Eng. Florestais e Veterinários do Vale do São Francisco).

Segundo o que expressa esse o plano acima citado, o nome do assentamento “ouro verde” é o mesmo dado à fazenda que se instalou no local no ano de 1972, era de propriedade do Sr.Mamoro Yamamoto, um descendente de japonês que veio do Paraná para investir na uva de mesa aqui no Vale do São Francisco. Começa com uma área de 5 hectares a margem do Rio São Francisco, irrigada a motor bomba. Logo posteriormente a fazenda é devidamente mecanizada, aumentando assim a extensão do cultivo da uva de mesa, proporcionando maior rentabilidade.

O plano mostra que a fazenda chegou a ter em torno de 400 funcionários devidamente contratados, todos dos arredores, para a lida com os parreirais. Sobretudo, coloca ainda que alguns fatos foram acontecendo e com isso foi se agravando o declínio da fazenda, como por exemplo, em 1979 uma enchente que proporcionou quase perda total da safra da uva. Mas para o declínio total da fazenda o plano afirma que o motivo principal foi a margem percentual de lucro ser inferior aos custos da produção e com isso o proprietário caiu no endividamento. Vindo a falência e posteriormente ocupada pelo MST¹ assim como relata o Plano/Diagnóstico supra citado:

Em fevereiro de 1997 ocorreu a ocupação da fazenda por trabalhadores rurais ligados ao MST (movimento dos trabalhadores rurais sem terra) onde teve a participação de 150 famílias oriundas de Cabrobó, Lagoa Grande, Mirandiba, Petrolina, Projeto Brígida, Belém do São Francisco. Tinham como objetivo ter seu próprio pedaço de terra para trabalhar e ser dono de um lote, já que eles não possuíam terra para produzirem. Ocuparam a vila da fazenda (hoje atual agrovila), porém de imediato não chegaram a ocupar a sede da propriedade, pois possuía vigias armados no local. (COOPATESF, 2002,p. 15).

É interessante destacar, segundo esse Plano/Diagnóstico, que as famílias que ocuparam essa área vinham todas remanejadas do assentamento Safra em Santa Maria da boa vista, também alvo de nossos estudos posteriores, nesse presente trabalho. Logo no mês de março do mesmo ano essas famílias foram despejadas pela Polícia Militar, mas no mês de agosto se deu a ocupação definitiva e assim “dividiram as fileiras de uvas, ficando cada acampado com 5 fileiras e a parte da acerola foi dividida para 27 acampados que se identificaram com a cultura. Ficaram em barracos de lonas na beira do rio e na vila por aproximadamente 2 anos”. (COOPATESF, 2002, p. 15).

Como esse trabalho está em andamento, pretendemos ainda analisar os índices do IBGE e dados oficiais do INCRA, bem como dados sobre a principal atividade econômica da região, a fruticultura irrigada, buscando identificar de que forma a relação entre a produção destinada aexportação e a produção dos assentamentos interfere na estrutura fundiária da região.

Pretendemos ainda proceder ao estudo sobre a história local com intuito de compreender a formação territorial, econômica, social e política da região, bem como o estudo de recortes de jornais e revistas que forneçam informações relevantes sobre a localidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A estrutura agrária do Brasil segue ostentando um alto índice de concentração territorial. Segundo dados do Censo agropecuário de 2006, o GINI (índice utilizado para mensurar o nível de concentração da terra no Brasil) entre 1985 e 2006 aumentou de 0,857 para 0,872 (quanto mais próximo da unidade maior concentração). O Estado de Pernambuco ocupa o 7º lugar entre os estados de maior concentração da propriedade territorial no país.

Atualmente, o Vale do São Francisco é reconhecido, nacional e internacionalmente, como centro da fruticultura irrigada, considerada fonte de prosperidade e tida por muitos como “local de oportunidades”. Em contrapartida, os índices sociais refletem outra realidade.

Para Martín (2007, p. 4) “o número de camponeses no mundo atual supera a metade da população do planeta. Nunca antes na história do homem houve tal número de camponeses sobre a terra”. O autor afirma ainda que “o problema camponês converteu-se em uma das questões chave que a maioria dos povos do mundo devia resolver para ocupar seu lugar real no caminho do progresso da humanidade”.

As teorias que apontam para o problema agrário não são tão novas, o próprio Marx desenvolveu esboços da questão agrária a partir de 1870, com diversos estudos especiais sobre a renda da terra, como as variadas formas apresentadas na Rússia, a partir da reforma de 1861, sobre a propriedade da terra, assim como a exploração do produtor agrícola. O próprio Engels também nos chama a atenção para a situação no campo, com a semiservidão na Alemanha em finais do século XIX.

Portanto, o Brasil é um país de capitalismo atrasado, com uma economia dominada pelas potências imperialistas, com a manutenção de relações semi-feudais no campo e com o problema da distribuição da terra gerando uma grande concentração da propriedade territorial (latifúndios). Com isso se torna essencial estudarmos sobre a contradição existente entre o latifúndio e o campesinato sem terra ou com pouca terra, conseqüente as diversas lutas sociais que se desencadeiam em busca do direito a terra e por fim o próprio caráter Reformista adotado pelo Estado na tentativa de controlar a situação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, Fausto. **Jornal A nova democracia**, nº 1, julho de 2002. Disponível em: <<http://www.anovademocracia.com.br>>. Acesso em 20 de agos. 2012.

BRASIL. SENADO FEDERAL: Secretaria Especial de Informática. Constituição da República federativa do Brasil, Texto Promulgado em 05 de outubro de 1988. Brasília, 2013.

CAMELY, Nazira Correia. **O Onguismo como nova geopolítica do imperialismo para a biodiversidade**: um estudo sobre a Amazônia brasileira. Revista de Geopolítica, Vol. 2, no. 1 (2011). Disponível em: <<http://www.revistageopolitica.com.br/ojs/ojs-2.2.3/index.php/rg/index>>. Acesso em: 30 de set. de 2012.

CRILCOTE, Ronald. H. **Transição capitalista e a classe dominante no Nordeste**. São Paulo: USP, 1990.

COOPATESF (Cooperativa de Eng. Agrônomos, Técnicos em Agropecuária, Eng. Florestais e Veterinários do Vale do São Francisco). Plano de Desenvolvimento Sustentável do Projeto de Assentamento Ouro Verde. Petrolina, 2002.

FRANCA, Celso. **A imagem do Vale**: reestruturação agrícola e mudança social. Petrolina: Franciscana Pernambuco, 2008.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. Paz e terra, 1968.

IBGE. Censo Agropecuário 1985/2006. Ano 2007,

ISIDRO, Serrano. **Revolución agrária y semifeudalidad**. México: Centro de Investigación Popular – Editorial La Chispa. Disponível em: <<http://mprmexico.blogspot.com/2000/09/revolucion-agraria-y-semifeudalidad.html>>. Acesso em 08 de jul. de 2012.

LENINE, V. L. As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo. In: **Obras**

Escogidas, vol. I, Moscou: Editorial Progreso, 1966.

LENINE, V.I. **O imperialismo**: fase superior do capitalismo. São Paulo: Centauro, 2000.

LOPES, Esmeraldo. **Opara**: Formação histórica e social do submédio São Francisco. Petrolina: Gráfica Franciscana, 1997.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana**. Buenos Aires: Ediciones El Andariego, 2005.

MARTÍN MARTÍN, Víctor O. **El papel del campesinado en la transformación del mundo actual**. Málaga: Zambra, 2007.

MARTÍN MARTÍN, Víctor. **Teoria e prática das guerras camponesas no marxismo do século XXI**. Campinas: UNICAMP, V Colóquio do CERMARX, novembro de 2007. Disponível em:
<http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt7/sessao2/Victor_Martin.pdf>. Acesso em 06 de jun. de 2012.

NOTAS DEL PRESIDENTE MAO SOBRE CAPITALISMO BUROCRÁTICO.
Ediciones Alborada, 2008. s/l.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007

SEGAL, Luis. **Noções fundamentais de economia política**. Rio de Janeiro: Editorial Calvino, 1946.